



CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS- CAHL

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

ALINE MATURINO GOMES LIMA

A REPRODUÇÃO DO MACHISMO NO AMBIENTE ESCOLAR:  
uma análise das construções de papéis sociais.

Cachoeira - BA

2018

ALINE MATURINO GOMES LIMA

A REPRODUÇÃO DO MACHISMO NO AMBIENTE ESCOLAR:  
uma análise das construções de papéis sociais.

Trabalho de conclusão de graduação  
apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço  
Social, Centro de Artes Humanidades e Letras,  
da Universidade Federal do Recôncavo da  
Bahia, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Serviço Social.  
Orientadora: Profa. Dra. Dyane Brito Reis

Cachoeira - BA

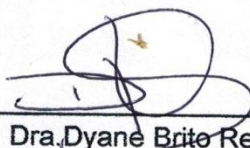
2018

ALINE MATURINO GOMES LIMA

A REPRODUÇÃO DO MACHISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: uma análise das construções de papéis sociais.

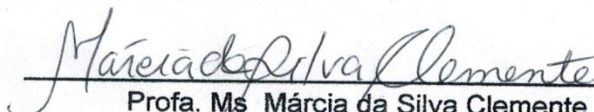
Cachoeira – BA, aprovada em 25 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA



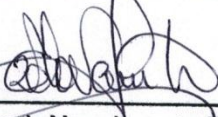
---

Prof. Dra. Dyane Brito Reis  
(Orientador – UFRB)



---

Prof. Ms. Márcia da Silva Clemente  
(Membro Interno – UFRB)



---

Prof. Ms. Valdecir Nascimento Pedreira  
(Membro Externo)

## **AGRADECIMENTOS**

Acredito que nessa vida, tudo tem um propósito, um motivo para acontecer. Por isso compartilho esse momento ímpar da minha vida com todos aqueles que de alguma forma permaneceram ao meu lado, transmitindo energias positivas para que meus sonhos e objetivos fossem concretizados. Tenho certeza que essa etapa acadêmica que se encerra, servirá como ponto de partida para a realização de novas conquistas.

Não cheguei aqui sozinha, algumas pessoas foram fundamentais e essenciais para que esse momento inesquecível se consolidasse e é pra essas pessoas que dedico todo meu sucesso.

Primeiramente a minha mãe Lenira pelo esforço, pelo carinho e dedicação que tem comigo, não tenho palavras suficientes para expressar tudo que minha mãe representa na minha vida. Tudo que consegui e conquistei foi por ela e para ela. Te amo mainha!

Ao meu amado filho Miguel e ao meu companheiro de vida André, obrigado por se fazerem presentes e terem tido tanta paciência durante a vida acadêmica especialmente nessa reta final, essa conquista pertence vocês. Agradeço as minhas irmãs Elaine e Adrielle que se mantiveram presentes, me dando forças e incentivos para que esse dia fosse concretizado, vocês são essenciais para realização de todos meus objetivos. A amiga que conheci neste percurso, Tatielle Valois pela constante parceria e por dividirmos nossas alegrias e anseios da graduação e da vida.

Agradeço a todas as docentes que fizeram parte da minha vida acadêmica, cada conhecimento transmitido foi de fundamental importância para que eu pudesse chegara até aqui. Aos membros da banca Professora Marcia Clemente e Professora Valdecir Nascimento os meus agradecimentos pela disponibilidade em se fazer presente e pelas valiosas contribuições. Agradeço a minha orientadora Dyane Brito, pela dedicação com que conduziu todo o processo de orientação. Por fim agradeço a todas as professoras que se dispuseram responder a entrevista da pesquisa, minha eterna gratidão.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo central analisar as práticas das professoras do ensino fundamental de uma escola particular, localizada no município de São Félix-Ba na perspectiva do enfrentamento às construções machistas/ sexistas no ambiente escolar. Partindo do entendimento que a construção social de gênero é influenciada pela educação, esta pesquisa qualitativa se propõe a analisar as construções dos papéis sociais no ambiente escolar sendo este o espaço legitimado para formação de identidades. Pretendemos deste modo, evidenciar as formas educacionais com os quais as crianças se deparam buscando analisar como estes processos influenciam na formação de sujeitos e seus comportamentos sociais. Fazemos um estudo sobre a realidade social abordando as diversas violências impostas às mulheres, os impactos causados por uma educação sexista, as concepções de identidades sociais de gênero constituídos no ambiente escolar e a atuação das professoras perante as construções machistas dos seus educandos (as).

**Palavras- chave:** Papéis sociais; machismo; sexismo; gênero; educação.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze the practices of primary school teachers of a private school, located in the municipality of São Félix-Ba in the perspective of confronting the sexist / machista constructions in the school environment. Based on the understanding that the social construction of gender is influenced by education, this qualitative research proposes to analyze the constructions of social roles in the school environment being this the legitimized space for the formation of identities. In this way, we intend to highlight the educational forms that children face in order to analyze how these processes influence the formation of subjects and their social behaviors. We carry out a study about the social reality addressing the various violence imposed on women, the impacts caused by a sexist education, the conceptions of gendered social identities constituted in the school environment, and the teachers' behavior towards the machista constructions of their students.

Keywords: social roles; machismo; genre; education.

## LISTA DE QUADROS

p.

Quadro 1- Perfil das entrevistadas.....	45
---	----

## LISTA DE SIGLAS

<b>AP</b>	Ação Pedagógica
<b>CEJIL</b>	Centro para a justiça e o Direito Internacional
<b>CIDH</b>	Comissão Interamericana dos Direitos Humanos
<b>CLADEM:</b>	Comitê Latino Americano do Caribe para a defesa dos direitos da mulher
<b>ECA:</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>IBGE:</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEA:</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>LDB:</b>	Lei de diretrizes e Bases da Educação nacional
<b>LMP:</b>	Lei Maria da Penha
<b>MEC:</b>	Ministério da Educação
<b>MESP:</b>	Movimento Escola Sem Partido
<b>OEA:</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>PCN's:</b>	Parâmetros curriculares nacionais
<b>PL:</b>	Projeto de Lei
<b>SECADI:</b>	Secretaria da Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.
<b>SUS:</b>	Sistema Único de Saúde



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MACHISMO – Que bicho é esse?.....	14
2.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MACHISMO .....	14
2.2 DISCUTINDO GÊNERO .....	19
2.3 LEI MARIA DA PENHA .....	21
3 REPRODUÇÃO SOCIAL .....	25
3.1 MACHISMO MATA: CONSEQUÊNCIAS DE UMA EDUCAÇÃO MACHISTA .....	26
3.2 EDUCANDO HOMENS E MULHERES .....	30
3.3 A ESCOLA REPRODUTORA .....	31
3.4 COMO SE REPRODUZ O MACHISMO .....	35
3.5 O MACHISMO E A PL ESCOLA SEM PARTIDO.....	37
4 EDUCAÇÃO BÁSICA: UM OLHAR SOB A LEGISLAÇÃO.....	40
4.1 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....	40
4.2 O CAMINHO PERCORRIDO .....	43
4.3 A ESCOLA IDEAL?.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
REFERENCIAS .....	53
APÊNDICES.....	57

## 1 INTRODUÇÃO

A cultura machista está impregnada na sociedade brasileira, herança do patriarcado trata-se de um sistema de opressão, sócio construído, político, cultural e ideológico que preconiza a subordinação do feminino ao masculino.

Historicamente a educação feminina foi marcada pela definição de papéis que propiciou uma cultura de dominação de gênero que se perpetua na sociedade, essa ideologia vem determinando “a inferioridade das mulheres” que por vezes reproduzem discursos/comportamentos a que foram submetidas durante toda a vida. A diferenciação na forma de educar meninos e meninas criou estereótipos padronizando o modo de agir e o “lugar” que cada um pode/deve ocupar na sociedade.

Segundo Saffiotti 1987,

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (p.08)

O modo como a escola atua em relação a meninos e meninas faz com que ela participe da sua formação de gênero. A construção da identidade de gênero chamou minha atenção, pois, como discente do curso de Serviço Social e mãe de um menino em idade escolar, acredito ser importante atentar para as representações que são construídas em relação meninos e meninas do ensino fundamental, já que as ações da escola ajudam na constituição de sujeitos.

No espaço escolar circulam indivíduos socialmente diferentes (raça/etnia, religião, classe). Na maioria das vezes, o/a professor/a, diretor/a, funcionário/a, das escolas tentam “moldar” os alunos e as alunas conforme padrões constituídos para cada um dos gêneros, por vezes proibindo manifestações contrárias ao que foi posto como “correto”.

A escolha pela temática: A reprodução do machismo no ambiente escolar se deu a partir de inquietações da pesquisadora acerca de situações vivenciadas nas quais as crianças e professoras reproduziam discursos de

cunho sexista<sup>1</sup>. Esta observação levou-me ao questionamento de Como a escola age perante as construções machistas dos seus educandos (as)? Ela mesma é um objeto de manutenção desse sistema?

O presente trabalho tem como objetivo analisar a prática de professoras do ensino fundamental na perspectiva do enfrentamento às construções sexistas/ machistas no ambiente escolar. E para que se responda a pergunta central, buscaremos identificar os construtos ideológicos sexistas no ambiente escolar, verificando em que medida as professoras os reproduzem, e ainda analisar o impacto do discurso docente na concepção da ideia de gênero por parte das crianças.

Para alcançar tais objetivos, o presente estudo tende a trazer uma abordagem de pesquisa qualitativa com objetivo de buscar maiores conhecimentos sobre a temática, na qual foi feita uma revisão bibliográfica, além da pesquisa de campo com coleta de dados sobre o tema, de forma que possibilite a obtenção da resposta da pesquisa.

Portanto, desenvolve-se uma abordagem qualitativa, que conforme Minayo(2009 p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode e não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida.

Desse modo, a abordagem qualitativa propõe conhecer a realidade a partir de um novo conhecimento, combinando a teoria e dados da realidade social. Por ser uma pesquisa que busca o conhecimento da realidade humana, a mesma tem como corrente teórica a Sociologia Compreensiva que compreende e explica as relações sociais, a partir de crenças, valores, atitudes e hábitos.

---

<sup>1</sup>Discriminação que é exercida sobre um indivíduo pelo seu sexo. Isto significa que a pessoa é discriminada num determinado âmbito, uma vez que se considera que o seu gênero (sexo), tendo em conta as características, é inferior ao outro.

Disponível em: <<https://conceito.de/sexismo>> Acesso em 16/12/17

É uma ciência que se preocupa com a compreensão interpretativa da ação social, para chegar à explicação causal de seu curso, e de seus efeitos. Em “ação” esta incluído todo o comportamento humano quando e até onde a ação individual lhe atribui um significado subjetivo. (WEBER, 1964 apud MINAYO, 2006 p. 96).

A pesquisa bibliográfica foi realizada pelo portal do Scielo Brasil, Google acadêmico, CAPES e outras páginas e web sites, em que foram executadas pesquisas de livros, artigos, teses, dissertações e revistas. A procura deu-se por meio de palavras-chaves como; gênero, educação, reprodução social, violência simbólica.

Para a coleta de dados optou-se pela entrevista estruturada, contendo questões abertas e fechadas, para aplicação dessa entrevista foi necessário entregar o roteiro contendo as questões para posterior devolução, esta estratégia precisou ser seguida diante dos impedimentos encontrados para que as mesmas pudessem responder as questões, obstáculos esses atribuídos a “falta de tempo” devido à carga horaria seguida por elas.

A partir daí, se dará o processo de análise dos resultados da pesquisa de campo, de modo que o estudo preza pelos aspectos éticos, pois no momento da entrevista é informado sobre a não identificação das participantes, a preservação dos dados e a confidencialidade por meio do Termo de Consentimento Informado<sup>2</sup>, serão utilizados nomes fictícios nas citações referentes às entrevistadas. O resultado da presente pesquisa não tem nenhuma finalidade financeira com a publicação da mesma, bem como, não oferecerá retorno financeiro para as entrevistadas. Os resultados serão apresentados à comunidade acadêmica, disponibilizando uma cópia para a biblioteca do Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL/UFRB.

O estudo está dividido em três capítulos: no primeiro capítulo será abordado de forma breve o contexto histórico do qual circunscreve as relações de poder do homem sobre a mulher, desencadeado pela sociedade machista e patriarcal, bem como esse processo se configura nas desigualdades de gênero, trazemos para o debate as designações impostas à mulher, discute-se ainda acerca dos diversos tipos de violências impostas às mesmas. No segundo capítulo a partir da discussão sobre o machismo, trazemos para o debate a reprodução social onde buscamos evidenciar os diversos espaços em

---

<sup>2</sup>Documento disponível em apêndice.

que podem ser apreendidos os comportamentos impostos pela sociedade a cada um dos gêneros dando destaque a escola, por ser um ambiente legitimado ao aprendizado, trazemos ainda neste capítulo dados sobre a violência contra as mulheres fazendo um apanhado sobre as consequências de uma educação sexista. O terceiro capítulo desse trabalho se constitui da discussão acerca da formação das professoras da educação básica e uma breve análise da pesquisa realizada em campo onde evidenciamos as professoras e as relações existentes no ambiente escolar.

## 2 MACHISMO – Que bicho é esse?

Para entendimento desta pesquisa é imprescindível que se compreenda o que é o machismo e dar-se conta que o patriarcado constituiu historicamente a base da sociedade e que, ainda hoje, a mulher tem sua liberdade cerceada por uma estrutura de poder ultrapassada ancorada na crença de que o homem é um ser superior, e que sendo assim, deve exercer liderança na sociedade. Diante de tais afirmações entende-se que o machismo é a ideologia<sup>3</sup> que subjuga o sexo feminino em relação ao masculino, ou seja, coloca o masculino em lugar elevado em relação ao feminino, e que além de acreditar na inferioridade deste, impõe a desigualdade de direitos para homens e mulheres.

Drumont, (1980) define machismo como “um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”.

A ideologia machista divide o mundo em o que é feminino e o que é masculino, por exemplo, se o homem é forte, a mulher é frágil; se o homem comanda, a mulher tem que ser submissa. De acordo com este ideal, o homem deve seguir o estereótipo masculino, enquanto a mulher deverá agir segundo o que foi pré-definido como feminino,

O machismo enquanto sistema ideológico oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela “liderança” masculina. Ou seja, é através desse modelo normalizante que homem e mulher “tornam-se” homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contidos. (DRUMONT, 1980)

### 2.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MACHISMO

---

<sup>3</sup>Ideologia aqui entendida como instrumento de dominação que age por meio do convencimento; persuasão alienando a consciência humana.

Os papéis de gênero condizem com as interpretações sociais tradicionais. Tais elementos sempre estiveram presentes em toda a História da humanidade e possui um modelo de repressão e dominação do feminino, estabelecido e/ou reforçado através dos discursos da sociedade. Para a mulher, sempre coube o segundo lugar, o outro, a coadjuvante em relação ao masculino onde a mesma precisa ser disciplinada e controlada.

Inicialmente a sociedade apoiou-se na divisão sexual usando argumentos embasados nas diferenças biológicas entre homens e mulheres que, foram consideradas como opostas, segundo Bourdieu (2002)

{...} a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homologas, alto/baixo, em cima/embaixo {...}semelhante nas diferenças, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente. (p.16)

Tal oposição se coloca no cotidiano das pessoas, demonstrando o “lugar” que cada um pode/deve ocupar na sociedade: se o homem trabalha para sustentar a casa, a mulher cuida do espaço doméstico; se o homem é forte, a mulher é frágil; se o homem lidera, a mulher obedece; se o homem comanda, a mulher tem que ser submissa.

Essa justificativa biológica serviu para colocar a ordem “sexual” das coisas como algo determinado e imune a qualquer questionamento, quando na verdade essa explicação apenas solidificou na consciência dos membros da sociedade quais são seus “papéis”, ocorre aqui uma naturalização do processo de dominação decorrente de uma aceitação e conformação dos pressupostos construídos desde o início da vida social de uma pessoa, classificando qualquer questionamento a essa divisão como perturbação da ordem social.

Na sociedade patriarcal, gerada no período colonial, o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao gênero masculino. Segundo Saffioti (1987, p.47) “Calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios”.

Entende-se por patriarcado o regime da dominação das mulheres pelos homens. Barreto define patriarcalismo como:

{...} uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência.

Entretanto conforme Scoot 1995,

O patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens do masculino, enquanto categoria social é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por um princípio básico: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas.

No contexto histórico do qual advém o sistema patriarcal, observa-se que nem sempre foi assim, no passado às mulheres não eram subordinadas aos homens.

Segundo Saffiotti (2004, p.58) “Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a primeira atividade cabia aos homens e a segunda as mulheres (...) em tais sociedades elas eram responsáveis por mais de 60% da provisão dos viveres necessários”. Sendo assim, o homem poderia voltar sem nada da sua atividade, mas a mulher sempre voltava com algumas folhas, frutos, raízes.

A base da dominação masculina como já dito anteriormente consistiu inicialmente na explicação biológica. No entanto analisando a construção das estruturas societárias, percebe-se uma explicação para tal diferenciação, essa divisão de papéis, definidos biologicamente de forma socialmente valorativa, direciona a divisão sexual da sociedade, que se constrói no cotidiano, de maneira quase que imperceptível, produzindo padrões do que é ser mulher e ser homem como, por exemplo, atribuindo a cor azul para um e rosa para a outra, que contribuem para uma naturalização dessa diferenciação na estrutura



social, consolidando na vida dos indivíduos tais preceitos, dificultando sua desconstrução.

Segundo Bourdieu (2002) essa naturalização ocorre através do *habitus* sexuais, definido como interiorizações construídas na sociedade as quais se instalam no inconsciente do indivíduo que as expõe através de práticas e posicionamentos ideológicos, influenciando os outros indivíduos que também o rodeiam e seus sucessores. Com isso, a forma como a sociedade se relaciona e se estrutura através do *habitus*, faz com que o indivíduo naturalize determinadas construções sociais como se elas fossem lógicas, impassíveis de questionamentos,

A identidade social da mulher (..) é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. SAFFIOTI (1987, p.08)

Diante disto, pode-se afirmar que a sociedade patriarcal atribui o espaço doméstico a mulher como se este estivesse diretamente ligado a sua natureza biológica, de acordo com esta afirmação seria natural que a mulher apenas se dedicasse aos afazeres domésticos,

De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. SAFFIOTI (1987, p. 16)

Ao homem sempre foi atribuído o papel de sujeito e o feminino como seu objeto, o outro, subordinada a ele. No entanto, o papel da mulher não passa de uma construção social, o ser feminino, dócil, submisso não são conceitos naturais, e sim estereótipos construídos pela sociedade para as pessoas nascidas com o sexo feminino. Minayo discorre sobre os papéis historicamente atribuídos, quando diz:

Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o "impensado" e o "naturalizado" dos valores tradicionais de gênero. (2005, p. 02)

A partir dessa visão, o papel feminino estabelecido diz respeito à maternidade como principal atribuição das mulheres e, com isso também o cuidado da casa e dos filhos. Ela é uma pessoa que deve sentir-se realizada em casa. O homem tradicional é o provedor, o que trabalha fora, traz o sustento da família, realiza-se fora de casa, no espaço público. Para a mulher é considerado adequado que ela seja meiga, maternal, frágil, recatada, e do homem, o que ainda se espera, é que tenha força, seja viril, demonstre iniciativa,

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos apaziguadores. Saffioti (2004, p.35)

Estes modelos que sempre foram atribuídos para as mulheres não passam de estereótipos construídos social e culturalmente, na realidade o modelo de vida onde as mulheres eram unicamente responsáveis pelos trabalhos domésticos coube apenas a uma pequena parcela da sociedade (leia-se brancas de classe alta), as mulheres negras, sempre trabalharam fora de casa, primeiro como escravas e depois domésticas ou vendedoras ambulantes, circulando nos espaços públicos. Para as mulheres que vivem no campo o que é chamado de cuidar da casa esconde o trabalho na roça, o cultivo da horta e a criação de animais onde o que é produzido é comercializado para o sustento da família. Para, além disso, estão às mulheres que vivem sozinhas com seus filhos e são as responsáveis por sua manutenção, e muitas outras trabalham fora e dividem com o marido ou mesmo mantêm sozinhas o sustento da casa. Segundo Saffioti, (2004 p. 31),

{...} na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e de preferência heterossexual.

A naturalização desses papéis e das relações de gênero fazem parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é imutável e incontestável, pertencente à essência masculina e feminina, como se o ser homem e ser mulher fosse estabelecido a partir do nascimento. Porém como já foi observado, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas

sim da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico.

A partir dessa análise, faz-se necessário trazer para o debate o conceito de gênero, suas características e como isto influencia na classificação homem/mulher.

## 2.2 DISCUTINDO GÊNERO

O conceito de gênero foi elaborado e sofreu várias mudanças no decorrer da história, mas para compreender sua utilização mais atual, traz-se como referência frase de Simone de Beauvoir (1967, p. 9):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro.

Em sua definição no dicionário, gênero é entendido como um conceito de ordem geral que abrange todas as características ou propriedades comuns que especificam determinado grupo ou classe de seres ou de objetos. O movimento feminista defende que este conceito em questão não tem a ver com sexo, ele representa uma construção psicossocial do homem e da mulher, sendo um conjunto de características atribuídas de forma diferenciada às pessoas.

A autora Joan Scott define gênero com: “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (1990, p.86). Para Saffioti, no entanto:

{...} cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (2004, p.45).

Sobre a correlação entre gênero e dominação, Saffioti (2004) afirma que relações de gênero não necessariamente são relações de poder e hierarquização, além de afirmar que a categoria gênero abarca mais do que a composição mulher-homem. A autora diferencia sexo como algo particular da

biologia, enquanto o gênero é socialmente construído. “O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes a hierarquia é apenas presumida.” (p.45)

A construção do gênero acontece através das relações sociais da percepção em relação ao outro. Pode ser concebido como “símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva” (SCOTT, 1988).

Diante do que sempre foi atribuído à mulher pela sociedade ao longo da história como simples complemento masculino, se solidifica a violência simbólica construída no processo de socialização, onde o indivíduo internaliza o discurso dominante, seja esse ator social um agente dominador ou dominado. A violência simbólica é entendida por Bourdieu como,

Violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (2002, p. 7-8)

Essa dominação se mantém historicamente, por ser sutil é incorporada pelos sujeitos sem que a percebam. Esta cultura de inferioridade teve a família como instrumento de manutenção e propagação, construindo nas mulheres uma personalidade de comportamentos submissos e características próprias, Souza salienta que,

A sociedade acaba reforçando o processo de educação sexista estabelecendo concepções que são vistas como “naturais”, e existe toda uma estrutura na qual a família, a religião, a escola e os meios de comunicação estão envolvidos, determinando ações e conceitos que atuam como “verdades absolutas” e que reproduzem estereótipos, construídos socialmente. (2006)

Soihet (2008, p. 198) salienta que “Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação é sempre afirmada como uma diferença da ordem natural, radical, irredutível, universal”.

Segundo Saffioti,

{...} compreende-se que o processo de dominação só possa se estabelecer numa relação social. Desta forma, há o(s) dominador(es) e o(s) dominado(s). O(s) primeiro(s) não elimina(m) o(s) segundo(s), nem pode ser este seu intento. Para continuar dominando, deve(m) preservar seu(s) subordinado(s). Em outros termos, dominação presume subordinação. (2011, p.117).

As violências psicológica e moral podem ser entendidas enquanto violência simbólica, pois apresentam-se de formas disfarçadas e as vítimas acabam não se reconhecendo como tal. Tais tipos de violência trazem consequências devastadoras, acontecem por meio de humilhações, desvalorização, ameaças, tentativas de fazê-las sentir-se incapazes, inferiores, merecedoras das situações vivenciadas. Ou seja, impõem uma situação de dependência e submissão onde às mesmas aderem comportamentos ditos “corretos” e mantem-se numa relação que para elas é imutável.

Mas na sociedade marcada pela exclusão e submissão da mulher temos também evidenciado a questão da violência contra a mulher que é uma violência de gênero, sendo um grave problema que envolve questões ideológicas e culturais, uma expressão da questão social que precisa de Políticas Públicas para o seu enfrentamento, tendo grande importância no Brasil, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

### 2.3 LEI MARIA DA PENHA

A criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, tem esse nome em homenagem à brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica, professora universitária, que foi vítima de violência doméstica durante seis anos de casamento, onde aconteceram duas tentativas de homicídio, em uma dessas tentativas, Maria da Penha ficou paraplégica. Segundo o site compromisso e atitude (2012) a primeira condenação ocorreu oito anos após o crime, entretanto agressor Marco Viveros conseguiu a liberdade, em virtude disto, Maria da Penha no ano de 1994 decidiu contar sua

história no livro “Sobrevivi... posso contar”, no qual relata as agressões sofridas por ela e por suas filhas. Através da divulgação deste livro, a autora conseguiu contato com a CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o CLADEM-Brasil (Comitê Latino-Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), que em 1998 encaminharam à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) da OEA (Organização dos Estados Americanos) uma petição contra o Estado brasileiro, referente ao exemplo caso de impunidade em relação à violência doméstica pela mesma sofrida.

Segundo o site politize, no ano de 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres. Foi recomendada a finalização do processo penal do agressor de Maria da Penha; a realização de investigações sobre as irregularidades e atrasos no processo; reparação simbólica e material a vítima pela falha do Estado em oferecer recursos adequados; e a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. A partir daí o governo brasileiro viu-se obrigado a criar um novo dispositivo legal que trouxesse maior eficácia na prevenção e punição da violência doméstica no Brasil.

Diante desse caso que deu grande visibilidade à violência contra as mulheres tornou-se exemplo na defesa dos direitos das vítimas dessas violências e por isso a Lei nº 11.340 recebeu o nome da Lei Maria da Penha. (BRASIL, 2015).

A Lei nº 11.340,

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha busca romper com a ideologia patriarcal da submissão feminina ela cria formas de punir, prevenir e erradicar a violência

contra a mulher. A Lei Maria da Penha contempla como crime os seguintes tipos de violência:

a) violência física - qualquer comportamento que agrida a integridade ou saúde corporal, como por exemplo, tapas, murros, empurrões, cortes, queimaduras, negligência ao socorro;

b) violência psicológica - qualquer comportamento que cause dano emocional e diminuição da autoestima, como por exemplo, ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, vigilância constante, perseguição, chantagem, ridicularização;

c) violência sexual - qualquer conduta que constranja, cause danos ou sofrimento sexual, como relação sexual não desejada, mediante ameaça ou uso da força, proibição de qualquer método contraceptivo ou que force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição;

d) violência patrimonial - ação que configure retenção, violação de objetos pessoais, instrumentos de trabalho, bens ou recursos econômicos, como por exemplo, posse de dinheiro e imóveis, ocultação/destruição de documentos, não pagamento de pensão alimentícia;

e) violência moral- qualquer conduta entendida como calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.

A lei pune com mais rigor a violência contra a mulher, porém ela sozinha não é capaz de erradicar as diversas situações de violência que ocorrem no cotidiano da sociedade, para além da punição é preciso que existam trabalhos educativos de desconstrução dos padrões patriarcalistas que perduram. Existem diversos ambientes propícios para o desenvolvimento de ações que visam o combate às diversas violências vivenciadas pelas mulheres, porém o espaço legitimado para tal são as escolas.

Segundo Henriques e Barros,

{...} é necessário intervir no âmbito educacional, de modo a promover uma mudança cultural profunda em nossa sociedade. Se o machismo figura como um dos principais fatores geradores de violência, o abandono deste pensamento pela maioria poderia mudar a atual configuração das relações entre os gêneros. Embora pareça utópico e pouco prático, somente o esforço em conjunto de instituições educacionais e familiares sobre uma nova compreensão das relações de gênero que não a de dominação masculina pode tornar possível uma mudança palpável quanto à violência contra a mulher.



### 3 REPRODUÇÃO SOCIAL

A discussão do machismo nos leva ao debate da Reprodução Social, ou seja, trata-se da discussão sobre como são produzidas e reproduzidas as relações na sociedade, sendo essencial para manutenção de sistemas baseados na dominação diante disto, para que as estruturas existentes permaneçam, é necessário que se tenha um agente eficaz e ativo para manutenção dessas relações.

Como já dito anteriormente entende-se que existem diversos espaços onde são aprendidos valores e crenças, a família é o primeiro ambiente onde acontecem tais aprendizados, estes ocorrem também em igrejas, na comunidade e em todos os espaços de convivência estes meios propiciam aprendizados diferenciados, porém a escola é o aparato social legitimador de ideologias. Sendo este o espaço onde se constroem as relações, torna-se um centro de referência que marca os indivíduos que por ela passam.

O sistema escolar tem sido utilizado como meio de reprodução de teorias conservadoras pela sociedade. Bourdieu e Passeron (1992) dizem que a escola e todo o sistema de ensino existem como ferramenta de manutenção dos padrões socialmente estabelecidos. Os autores utilizam o conceito de violência simbólica para esclarecer como os dominados aceitam sem maiores problemas as regras impostas pela ação pedagógica, para os autores, “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbítrio cultural”. (p.20)

Diante disto a ação pedagógica seria o meio pelo qual as instituições de ensino dominam os sujeitos fazendo com que eles se posicionem na sociedade de acordo com o que foi preestabelecido pela cultura dominante.

A AP (Ação Pedagógica) escolar que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima. (Bourdieu e Passeron (1992)p.21)

No ambiente escolar ocorre à naturalização dos processos que reforçam a violência simbólica, esta se realiza através da figura que representa autoridade naquele espaço, que no caso da escola é a figura do professor/a conta também com o ambiente social tendo como principal objetivo manter os padrões socialmente aceitos.

As crianças são educadas para desenvolver papéis de acordo com o gênero ao qual pertence, a partir daí elas começam a identificar e reproduzir as diferenças sociais entre o masculino e o feminino.

### 3.1 MACHISMO MATA: CONSEQUÊNCIAS DE UMA EDUCAÇÃO MACHISTA

Como vimos até aqui, historicamente a educação feminina foi marcada pela definição de papéis que propiciou uma cultura de dominação de gênero que se perpetua na sociedade, essa ideologia vem determinando “a inferioridade das mulheres” que por vezes reproduzem discursos/comportamentos preconceituosos que lhe foram impelidos durante a vida. A diferenciação na forma de educar meninos e meninas criou estereótipos comportamentais padronizando o modo de agir e o “lugar” que cada um pode/deve ocupar na sociedade,

O machismo é uma herança cultural muito forte. Antes de ser uma reprodução de comportamentos exclusivamente masculino ele é reforçado pela vida familiar, incluindo aí a educação recebida da mãe, que inconscientemente reafirma seus estereótipos. (PIRES, 2015)

Essa visão sexista é reforçada na educação familiar e escolar, as meninas são ensinadas a não sair de casa em determinados horários; a serem bem comportadas; vestir-se de determinada forma; serem delicadas; não falar alto; a querer ser mãe; não se envolver com vários homens; a brincar com coisas ditas de meninas: cuidar de bonecas, fazer comida, brincar com brinquedos que ensinam a passar roupas, lavar pratos, etc.; ser responsável pelas tarefas domésticas, ou seja, a responder a um padrão heteronormativo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>Responder ao padrão heteronormativo significa se encaixar dentro do modelo de um sistema que prega que o “normal” e “aceitável” é relacionar-se amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto, o que

Já os meninos recebem brinquedos que incentivam, muitas vezes, a agressão, as brincadeiras de luta, de esportes, sempre longe das tarefas domésticas. Eles são incentivados desde pequenos a ocupar o papel de macho, aquele que pode e deve se envolver com várias mulheres, como forma de se afirmar perante a sociedade.

Deste modo conforme Saffioti (2004), “O poder apresenta duas faces: a da potência e da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens - sempre vinculados à força- são preparados para o exercício do poder”.

A violência contra as mulheres demonstra à ideia de poder e posse dos homens sobre as mulheres. É uma forma de reprodução e manutenção do machismo onde impera a ideia de inferioridade feminina.

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. DRUMONT (1980)

Saffioti (2004) enfatiza que na sociedade patriarcal em que vivemos existe uma forte banalização da violência, havendo tolerância e até mesmo incentivo social, para que os homens exerçam sua masculinidade baseado na força. Dessa forma, “É obvio que a sociedade considera normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência”.

A violência manifesta-se de diferentes maneiras: assédio, insultos, ameaças, espancamento, estupros, assassinatos, mas também de formas sutis de desqualificação das mulheres, como quando alguém diz que é boa motorista, "apesar de ser mulher" como se a capacidade para desenvolvimento de certas atividades estivesse ligada biologicamente ao sexo. “Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente.” Saffioti (2004), p. 75.

---

faz com que as pessoas que tem uma orientação sexual fora desse “limite” estejam submetidas a discriminações, preconceitos e a homofobia.

Ditados populares como “Prendam suas cabras que meu bode está solto”, expressam a inferioridade feminina e que elas são educadas a se satisfazer e a viver no âmbito privado, enquanto os meninos são socializados a agir como macho viril. Diante do exposto entende-se que a mulher aprende desde o início da vida que é inferior, e que, portanto deve ser oprimida pelo masculino, ao homem é ensinado que pode/deve exercer esta dominação a qualquer custo resultando assim em atos violentos que por vezes culminam em diversos tipos de violência e em grande escala em feminicídio.

Segundo a socióloga Eleonora Menicucci<sup>5</sup>,

{...} feminicídio é um crime de ódio e seu conceito surgiu na década de 1970 para reconhecer e dar visibilidade à morte violenta de mulheres resultante da discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemáticas. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado. Ao contrário: faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam-se pelo uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie.

Em 09 de março de 2015, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.104, que altera o código penal para prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e inclui-lo no rol dos crimes hediondos. O feminicídio é caracterizado quando a mulher é assassinada justamente pelo fato de ser mulher, esta lei, vem dizer que casos de violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher passam a ser vistos como qualificadores do crime.

Cotidianamente as mulheres são alvo de violência na maioria das vezes tal fenômeno manifesta-se dentro de seus lares, distante do olhar da sociedade e como apontam as pesquisas, praticado, em sua maioria por seus (ex) companheiros.

Segundo os dados do Mapa da Violência 2015<sup>6</sup>: no Brasil, 4.762 mulheres foram mortas em 2013 sendo treze homicídios diários.

O site infogram publicou o cronômetro da violência contra a mulher no Brasil<sup>7</sup>, revelando que ocorreram:

---

<sup>5</sup>Professora titular de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo e ministra das Políticas para as Mulheres entre 2012 e 2015

<sup>6</sup>Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)

- 05 espancamentos a cada 2 minutos (Fundação Perseu Abramo/2010);
- 01 estupro a cada 11 minutos (9º Anuário da Segurança Pública/2015);
- 01 feminicídio a cada 90 minutos (Violência contra a mulher: feminicídio no Brasil - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea/2013);
- 179 relatos de agressão por dia (Balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015);
- 92 mil mulheres assassinadas em 10 anos, 41% em casa (Mapa da Violência 2012).

Percebe-se a partir da construção teórica traçada que a violência de gênero está muito além de valorações biológicas, essas desigualdades impostas ao feminino fazem parte de uma construção sociocultural que é apreendida no decorrer da vida de homens e mulheres, observando os dados apresentados tanto a Lei Maria da Penha como a do Feminicídio foram grandes conquistas das mulheres, mas elas por si só não são capazes de extinguir as violências impostas a mulheres, a educação propicia comportamentos ditos como bons ou ruins dependendo do que seja apreendido, uma educação machista pautada na superioridade masculina traz sérias consequências para a sociedade.

Segundo pesquisa que avalia a efetividade da Lei Maria da Penha realizada em 2015 pelo IPEA<sup>8</sup> (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada) por meio de um método conhecido como modelo de diferenças em diferenças – “em que os números de homicídios contra as mulheres dentro dos lares foram confrontados com aqueles que acometeram os homens” –, os pesquisadores do Instituto utilizaram dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do SUS para estimar a existência ou não de efeitos da LMP na redução ou contenção do crescimento dos índices de homicídios cometidos contra as mulheres.

Apesar de a Lei Maria Penha não ter como foco o homicídio de mulheres, a pesquisa partiu do pressuposto de que a violência doméstica ocorre em ciclos, “onde muitas vezes há um acirramento no grau de agressividade envolvida, que, eventualmente, redundam (muitas vezes de forma

---

<sup>7</sup> Dados compilados no dossiê Violência contra mulheres: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossiê>

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2048.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048.pdf)

inesperada) na morte do cônjuge”, por isso “seria razoável imaginar que a lei, ao fazer cessar ciclos de agressões intrafamiliares, gere também um efeito de segunda ordem para fazer diminuir os homicídios ocasionados por questões domésticas e de gênero”, defendem os autores.

Os resultados indicam que a LMP fez diminuir em cerca de 10% a taxa de homicídio contra as mulheres dentro das residências, o que “implica dizer que a LMP foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no país”. Os autores ressaltam, no entanto, que a efetividade não se deu de maneira uniforme no país, por causa dos “diferentes graus de institucionalização dos serviços protetivos às vítimas de violência doméstica”.

### 3.2 EDUCANDO HOMENS E MULHERES

Como já dito anteriormente a educação é um dos principais fatores que levam a reprodução de comportamentos machistas, neste tópico busca-se se discutir como se dá o processo que discrimina as mulheres e cria um padrão de comportamento dito “correto” e que deve ser seguido.

Os estereótipos provêm dos pais e das pessoas que cercam a criança. Os pais constroem o primeiro ambiente de brinquedos da criança, antes que ela comece a fazer suas escolhas. No nascimento, o quarto das meninas é rosa, com bonecas, e o dos meninos é azul, com carros em miniatura. As meninas costumam brincar de “casinha” e representam o papel da mãe; os meninos, de “motorista”, que dirige o carro. É o contexto em que a criança vive especialmente o meio familiar, que dirige inicialmente tais escolhas. Brougère (2004 apud, Kishimoto e Ono 2008, p.209).

Assim, a partir destas construções, são constituídos gêneros sobre regras, linhas e estruturas atribuídas a cada sexo e, deste modo,

{...} acabamos por naturalizar o que é social, acabamos por “colar”, aos corpos femininos e masculinos, destinos, possibilidades, sentimentos, disposições, tornando-os “inerentes” a cada um dos gêneros. Atributos que são sociais e históricos – portanto atributos que são produzidos e fabricados, de diferentes modos, por diferentes sujeitos, em diferentes momentos e sociedades – acabam por serem percebidos como universais e eternos (LOURO 1995).

É indiscutível que somos o resultado de uma educação. Educação aqui entendida como algo que começa no seio da família, não somente na escola

(que é educação e possui grande importância). Deve-se começar um trabalho de cunho educativo para que falas e crenças machistas sejam extintas desde o início da socialização do indivíduo. Pais, mães, professores e todos que cercam as crianças devem trabalhar com os meninos e meninas. O machismo também ocorre entre as mulheres, já que elas não estão imunes a uma educação sexista. Mulheres foram ensinadas a se odiarem e ver na outra uma rival. Isso é o retrato de uma cultura perversa que transforma as mulheres em suas próprias algozes. A educação é um caminho longo, e por vezes difícil, mas é necessária e deve seguir padrões para mudança de realidades postas, as crianças não devem ser educadas a partir de estereótipos. A lista de discursos de cunho sexista impostos na infância é imensa e tais discursos permanecem e tornam-se maiores e mais agressivos na adolescência.

Segundo Henriques e Barros “A escola cumpre papel imprescindível nessa dinâmica, pois é principalmente na escola que se estruturam as primeiras relações interpessoais, onde a criança tem contato e é obrigada a conviver com pessoas que não são da família”.

Portanto, a educação deve ser meio de transformação, mas, de acordo com o padrão seguido torna-se um instrumento de dominação e manutenção de poder. A educação formal tende a naturalizar padrões como se fossem imutáveis, isto posto, meninos são ensinados a acreditar que são superiores e crescem reproduzindo este ideal, enquanto as meninas tornam-se mulheres oprimidas, carregando consigo uma fragilidade imposta socialmente e mesmo em meio a tantas lutas continuam diminuídas e oprimidas. Conforme Silva (2009) apud Silva e Ferreira 2014,

A educação é um processo pelo qual uma sociedade molda os indivíduos que a constituem, assegurando sua repetição ou continuidade histórica, pois o processo de escolarização dura por toda a vida; mostrando-nos que a sociedade pode moldar seus indivíduos de acordo com o seu interesse particular, visando repassar a seus membros, suas significações, valores, saberes e interpretações do mundo. Utilizando o meio que mais o favorece: a escola.

### 3.3 A ESCOLA REPRODUTORA

Por muitos anos a escola exerceu uma função excludente, pois somente podiam frequentá-la as classes mais abastadas, neste período as mulheres também eram excluídas.

Na sociedade patriarcal, às mulheres destinavam-se à obediência e a procriação. Eram “boas” esposas e “boas” mães, e pertenciam ao espaço doméstico. Através da imagem de fragilidade física da mulher construiu-se que a sua natureza era inferior ao homem. Ela estaria propensa à passividade, à submissão, à docilidade, à meiguice e à clareza dos sentimentos. Deveria ser exemplo da moral e dos bons costumes. Então lhe era negado o direito de estudar ou de manifestar-se socialmente. (SILVA, 2009)

Scopel e Mercedes dizem que “a escola, como um espaço social destinado ao ensino, era um privilégio de poucos, destinada à classe dominante. Ela, desde o seu surgimento, é discriminatória, atendendo a alguns de acordo com sua classe social”.

No Brasil a educação iniciou-se em 1949 com a chegada dos Jesuítas que trouxeram um ensino aristocratizado; coube às camadas populares uma educação de catequização,

A partir da década de 1930 que se deu um crescimento acelerado, emergindo, nos dois últimos períodos, a escola de massa. Assim, quando se deu a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas (MARCÍLIO, 2005, p. 3).

A partir da Constituição Federal de 1988, a criação Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB), entre outras reformas que ocorreram na educação do país, a educação tornou-se um direito a todos, sem restrição, e não mais um espaço apenas para os privilegiados. Segundo a Constituição Federal Brasileira (2017, p.160) artigo 205 e LDB artigo 2º, a finalidade da educação é: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A escola tornou-se um instrumento de mudança, porém, observa-se que mantém seu caráter conservador que muitas vezes apenas reproduz os padrões exigidos socialmente.



Para Bourdieu (1998 p.41) é um erro tomar a escola como fator de mobilidade social segundo o autor o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural”.

Para Freire (1994, apud Chaves 2015, p.09),

A educação é o principal instrumento de transformação nas condições de vida de uma população, podendo conduzir um povo ao desenvolvimento, ao avanço a melhoria de vida. Porém, ela pode ser ainda um forte instrumento de preservação e reforço de valores arcaicos e mentalidades autoritárias.

A escola é a instituição onde se inicia e se promove a socialização das pessoas, é na maioria das vezes o único espaço social de convivência de crianças e jovens. No ambiente escolar são elaboradas e (re)afirmadas às regras de convivência social, o respeito e as normas de convívio em sociedade.

Para Gomes (2002), a instituição escolar é vista como um espaço onde se aprende e também se compartilha não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.

Ou seja, é na escola que os sujeitos constroem seus pensamentos acerca do meio social no qual estão inseridos podendo assim produzir e reproduzir o que é apreendido nos espaços sociais.

Tradicionalmente a escola reforça a desigualdade entre homens e mulheres. Isso pode ser observado, por exemplo: na divisão das filas, na divisão de tarefas (meninas como ajudantes da professora), na fala de docentes que reforçam estereótipos quando definem comportamentos adequados a cada um dos sexos, por exemplo, quando se diz "está parecendo uma menina", "isso não é coisa de menina" "comporte-se como um menino".

Observa-se como um instrumento de reprodução social no ambiente escolar, algo recorrente na educação infantil onde os alunos são incentivados a tratar as professoras como tia ou até mesmo como uma segunda mãe, estas acabam tendo sua formação e sua profissionalização diminuídas e até mesmo

não reconhecidos, considerando o ato de educar como extensão do papel de mãe. Isto é algo que já foi naturalizado e incorporado pelos atores do processo e que na maioria das vezes não tem a percepção do que estão reproduzindo.

Na medida em que, de fato, a professora desempenha uma função que não se restringe ao ensino; na medida em que a função de socialização também participa do ensinar; e na medida em que sua formação é insuficiente, a professora lança mão do repertório apreendido domesticamente e que é reforçado pelo sistema escolar que, apesar de ter se aberto as mulheres, funciona sob a ideologia tradicional, reforçando e recriando modelos dicotômicos de papéis de gênero. (Rosemberg e Amado 1992, apud Rosemberg 1994, p.13)

É possível constatar também como mulheres (mães, professoras, etc.) reproduzem o machismo e as ideias da sociedade patriarcal, que pregam a “inferioridade” e a “submissão” das mulheres. Essa reprodução deve-se ao fato de que as mulheres foram criadas e ensinadas para cumprir papéis sociais pré-definidos, onde a mulher torna-se a parceira do sistema não tendo percepção que está mantendo um sistema onde ela mesma é oprimida. Essas ideias são repetidas na família, na escola, nas igrejas, nos meios de comunicação.

Papalíe & Olds (apud Valle, p.141) asseguram que os pais exercem influência direta na construção de gênero, pois a maioria deles trata filhas de maneira diferente, enfatizando diferenças sexuais e, possivelmente, ocasionando diferenças na personalidade de homens e mulheres.

Segundo Louro 1994 “No processo de educação, há um conjunto bastante complexo e contraditório de expectativas e atribuições designadas para cada um dos gêneros”.

A escola deve favorecer e incentivar pensamentos críticos diante das diversas situações apresentadas aos alunos, possibilitando que eles formulem ideias, porém o que vivenciamos é um sistema escolar burocratizado, defasado, conservador que reproduz padrões trazendo no seio das instituições preconceitos e padrões de comportamentos socialmente aceitos. Para Louro (1994),

{...} O processo de educação dos homens e mulheres supõe uma construção social dos sujeitos. Implica na transmissão/aprendizagem de princípios, valores,

conhecimentos habilidades, supõem também a internalização dos gestos, posturas, comportamentos, disposições “apropriados” a cada sexo. (P.41)

A escola reflete o sexismo reproduzindo, as estruturas sociais e reforçando os preconceitos e as supostas vantagens de um sexo sobre o outro contribuindo para a construção da identidade de meninas e meninos. Segundo Pupo,

A escola contribui para manutenção dos sistemas de pensamento e atitudes sexistas, historicamente construídos, que mantêm as mulheres marginalizadas e hierarquicamente submetidas a padrões masculinos. A linguagem, o pensamento científico androcêntrico<sup>9</sup>, os conteúdos de ensino das diversas disciplinas, os procedimentos pedagógicos e padrões de relação entre professoras (es) e alunas (os) contribuem para manutenção do status quo feminino e masculino.

A visão androcêntrica é reproduzida por toda sociedade, e seu significado passa despercebido, as normas vivenciadas no ambiente escolar que demonstram como padrões tidos como naturais apenas estão reforçando a discriminação de um gênero diante do outro, para a supracitada autora,

A linguagem oral reflete essa discriminação sexista e reforça o modelo linguístico androcêntrico. Existem palavras para denominar o indivíduo do sexo masculino e outras para o sexo feminino, mas quando por razões de economia é preciso utilizar uma forma comum para se referir a indivíduos de ambos os sexos, a opção é sempre pelo termo no masculino - o homem, senhores pais, prezados alunos -; dessa forma, a identidade sexolinguística feminina fica distorcida. A menina deve aprender sua identidade sexolinguística para imediatamente renunciar a ela.

Diante disto recorre-se a autora Whitaker (apud Valle) afirma que “as crianças são educadas por meio de estímulos oferecidos pelos adultos que suscitam comportamentos diferentes, dependendo do gênero ao qual pertençam”.

### 3.4 COMO SE REPRODUZ O MACHISMO

---

<sup>9</sup>O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre no nosso mundo, como o único capaz de ditar leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, têm em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência”. (Moreno Marimón, 2003, p.23).

O machismo transparece e reproduz-se de forma sutil, ele se faz presente constantemente na sociedade e pode ser facilmente notado em diversos ambientes, transparece de diversificadas maneiras estando presente nas propagandas que trazem o corpo feminino como atrativo para vendas direcionadas ao público masculino, em letras de músicas que tratam as mulheres como objetos, em alguns contextos pode se observar a justificativa das diversas violências impostas às mulheres como algo “necessário” por ser fruto do “amor”. Atualmente tem sido percebido, discutido e denunciado casos de músicas que além de trazer um caráter violento incentivam a violência e a cultura do estupro.

Segundo Chaves (2010, apud Chaves 2015 p.03),

A mídia é uma das maiores disseminadoras de preconceitos em nossa sociedade. As mulheres, foram transformadas em objeto de consumo ou em escravas domésticas, deixaram de ser pessoas. Basta assistir uma propaganda de cerveja ou de sabão em pó para perceber isso. Ao mesmo tempo a mídia tenta criar uma falsa aparência de igualdade entre os sexos. Assim, ratifica o machismo promovendo violências de gênero.

Para a supracitada autora, “A mulher é educada pela sociedade patriarcal a aceitar seu papel social imposto, sua condição de classe subalterna, de propriedade do homem, sua condição inessencial”. (p.06)

Diante disso, constata-se que a educação recebida e tudo que é exposto pelos canais de comunicação são responsáveis diretos na reprodução de comportamentos machistas. Para Cannabrava (2012, apud Chaves 2015 p. 07),

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola e nos diferentes ambientes sociais e nos meios de comunicação reforça papéis e padrões culturais machistas, criando estereótipos: para o homem a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos o mundo interior, as quatro paredes. Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres - as denominadas relações sociais de gênero - gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada natural, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, a violação e até a morte.

A partir do que foi dito, constata-se que o machismo reproduz-se a partir dos pressupostos construídos no decorrer do tempo de que a mulher é um ser inferior os diversos meios sociais e principalmente a escola são os principais instrumentos para manutenção desse sistema que oprime e subjuga as mulheres. Para a desconstrução de tais ideais é necessário um trabalho que comece no seio da família e tenha continuidade no ambiente escolar.

### 3.5 O MACHISMO E A PL ESCOLA SEM PARTIDO

Existem inúmeros fatores que mantêm as ideologias patriarcais, o sexismo presente no ambiente escolar é um deles e necessita de um trabalho de desconstrução para tentar extinguir o machismo, porém, diversos obstáculos precisam ser transpassados para que se consiga começar e obter êxito, dentre estes fatores encontra-se o projeto de lei escola sem partido.

Segundo Amorim e Salej,

O projeto de lei n.º 867, de 2015 é fruto do Movimento Escola Sem Partido coordenado pelo Procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, apresenta-se como uma iniciativa de pais e estudantes preocupados com o que consideram um alto grau de contaminação político-ideológica das escolas e universidades brasileiras. Para o MESP, “a pretexto de transmitir aos alunos ‘uma visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”.

Constata-se que se trata de um movimento que visa restringir a liberdade de expressão dos professores, tidos como de esquerda, impondo uma agenda conservadora no ambiente escolar. Este objetivo fica claro a partir da redação dos projetos que diz que os pais têm o direito a que seus filhos recebam educação de acordo com os valores de ordem familiar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.

Segundo o texto do movimento, deverá ser afixado um cartaz nas salas de aula com os seguintes “deveres” do professor:

I – O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

II – O professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

III – O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

IV – Ao tratar de questões políticas, socioculturais ou econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

V – O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

VI – O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (Programa Escola Sem Partido, s.d.).

Observa-se que MESP propõe nada mais que silenciar os professores criando “a lei da mordaça”, os ditos deveres não passam de imposições e o que eles chamam de escola sem partido já vem com o partido definido. O projeto de lei federal quer incluir o que denomina Programa Escola Sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ou Lei nº 9.394/96.

A escola não deve ser espelho de família conservadora e muito menos de valores conservadores, pelo contrário a escola representa a entrada das crianças na sociedade em geral, onde elas vão adquirir valores diferentes do seu convívio familiar aprendendo a respeitar as diferenças, o ambiente escolar deve ser um espaço de combate ao machismo e ao patriarcalismo, porém existem diversos agentes que dificultam ações nesse sentido, a PL mencionada é um deles, discutir relações de gênero no ambiente escolar é de fundamental importância, pois ali se formam cidadãos e o que eles levam consigo daquele espaço trará diversas consequências para sociedade. Podem-

se formar cidadãos conscientes e que entendam as relações de gênero respeitando as mulheres e vendo-as como cidadãs dotadas de Direitos, ou continuar criando pessoas com visões deturpadas da realidade em que se encontram.

O texto do Movimento Escola sem Partido deixa bem claro o alinhamento do seu discurso ao da direita, demonstrando a afiliação ideológica do movimento. Mesmo ele se classificando “não ideológico” é notória a ideologia que o sustenta, esta autotransclassificação busca unicamente naturalizar a ordem vigente que deseja preservar.

## **4 EDUCAÇÃO BÁSICA: UM OLHAR SOB A LEGISLAÇÃO**

A educação infantil começou a ter caráter pedagógico com a Constituição de 1988 o artigo 208, inciso IV que prevê o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade como dever do Estado, a partir daí torna-se evidente que a criança em nosso país, passa a ser visto com um ser histórico, sujeito de direitos.

Em 1990 foi criada a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que, estabeleceu a diferença entre criança e adolescente: crianças seriam de zero a doze anos e adolescentes de doze a dezoito anos, marcando a importância de dividir a educação de acordo com a faixa etária. Além disso, a responsabilidade por esta etapa da educação básica passou a ser dos municípios através de Conselhos Municipais, Tutelares e Fundo Municipal.

A consolidação do reconhecimento do Estado pela Educação Infantil veio através da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, quando, no art.29 define a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, ela torna-se direito da criança e da família, dever do Estado, não obrigatória e gratuita nos estabelecimentos oficiais; o art. 32 torna o ensino fundamental obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. A partir de então, o Estado passa a ser responsável não apenas por cuidar, mas também por educar as crianças, com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento integral da criança.

### **4.1 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Atualmente, a prática e a formação acadêmica dos professores da educação básica estão cada vez mais evidentes nas discussões. O artigo 62, inciso I da LDB salienta que, para o exercício do magistério da Educação Infantil e dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, pode ser admitido como formação mínima, professores habilitados, em nível médio. Ou seja, os profissionais que já atuam em determinada instituição tem garantido o direito



de continuar exercendo a profissão segundo a lei nessas etapas da educação. Porém, existe a evidente necessidade de formação, em nível superior, para os professores da Educação básica, pois o conhecimento torna-se a cada dia mais diverso, requerendo professores qualificados para atuarem em todos os níveis de ensino.

(...) os professores devem ter o compromisso ativo com um processo de auto atualização que promova seu próprio bem estar. Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos. (HOOKS, 2013 p.28)

A educação básica é composta em grande parte por profissionais do sexo feminino, fator que pode ser atribuído ao machismo que tenta fazer crer que a docência em especial as séries devem ficar a cargo das mulheres, pois, consideram ainda o ato de ensinar crianças que acabaram de adentrar o ambiente escolar uma extensão do papel materno,

Ao considerar o “cuidado” das crianças e sua educação como inerentes à “natureza” feminina, o trabalho docente passa por um esvaziamento. Tal situação o transforma em uma atividade não mediatizada, não criativa, não rentável, não produtiva e até invisível, como uma extensão do trabalho doméstico. (FERNANDEZ, 1994 p.110)

Segundo o MEC, “A feminilização da função, ao invés de representar de fato uma conquista **profissional** (grifo original) das mulheres, tem se convertido num símbolo de desvalorização social. O imaginário social foi cristalizando uma representação de trabalho docente destinado a crianças, cujos requisitos são muito mais a sensibilidade e a paciência do que o estudo e o preparo profissional.” Os estereótipos atribuídos para as mulheres acabaram por criar no imaginário da sociedade que a elas caberia muito bem à função de professoras.

Os/as professores são formados na academia para lecionar em diversos campos ensinando diferentes disciplinas tais como: Língua portuguesa, matemática, ciências, geografia etc., porém percebe-se a falta formação para lidar com aspectos da vida cotidiana como “diferenças” de gênero, violência e machismo. Tais questões são de fundamental importância na formação dos cidadãos que estão se construindo no ambiente escolar.

“A prática docente não tem a exatidão do experimento científico, e é por essa razão que seu *ethos* não é o do investigador acadêmico. Ao contrário: ensinar requer dispor e mobilizar conhecimentos para improvisar, intuir, atribuir valores e fazer julgamentos que fundamentem a ação mais pertinente e eficaz possível”. (MELLO, 2000, p.104)

Na medida em que os (as) professores (as) se reconheçam como agentes fundamentais no processo de mudança nas práticas educativas, buscará apoiado nas teorias de gênero, meios para desconstruir práticas opressoras e discriminatórias no contexto escolar, desenvolvendo suas atividades com o objetivo de construir conhecimentos mais politizados no que se refere às questões de gênero, combatendo as ideologias sexistas presentes nos conteúdos disciplinares.

Falar das questões de gênero no currículo escolar é resultado de muita luta do movimento social brasileiro feminista que, a partir das primeiras décadas do século XX, passou a reivindicar a igualdade de gênero, raça e classe, em todos os âmbitos, sobretudo na educação. Como resultado dessas reivindicações foram criados documentos oficiais, como a LDB e os PCNs, que recomendam o exercício de práticas que visem à construção da equidade de gênero na escola.

A docência assim como outras profissões, requer aperfeiçoamento constante, necessita que ele esteja sempre estudando e esforçando-se para ser capaz de desempenhar o seu papel com ética e responsabilidade. Esta busca o transforma num profissional competente.

Em julho de 2004, durante o Governo Lula, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades educacionais, para que os (as) professores (as) e demais profissionais da educação exerçam seu papel de agentes em prol do respeito, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades, a SECADI oferta cursos,

palestras, eventos, materiais com estas finalidades.  
(DINIZ, 2012 p.34)

A formação continuada faz-se necessária, pois os (as) professores (as) enfrentam diariamente novos desafios. Os avanços tecnológicos e as mudanças sociais exigem um novo perfil dos profissionais da educação à formação destes profissionais não pode restringir-se à formação inicial, visto que a mesma torna-se incompleta à medida que o tempo passa e a sociedade vai modificando-se. Ela pode transformar-se num dos elementos essenciais para favorecer transformações e fazer recuar a exclusão, a submissão e as diversas formas de opressão.

Tudo que foi dito até aqui se faz de fundamental importância para o debate que se constitui a seguir. A escola em questão tem um corpo docente constituído por professoras que possuem o nível de formação em sua maioria no ensino médio (antigo magistério), ao percorrer a legislação em vigor percebe-se que muita coisa mudou, porém tendo em vista o quadro da atual instituição percebe-se a evidente necessidade de mudanças, já que a educação não é algo imutável, pelo contrario está em constante movimento e é necessário que as professoras sejam formadas para acompanhar tais mudanças.

#### 4.2 O CAMINHO PERCORRIDO

A identidade social é efeito da construção das relações que cada indivíduo estabelece no seu meio familiar, no ambiente escolar e com a sociedade. Ela não se forma com o nascimento, mas é construída através do acúmulo de experiências, os modelos de gênero são estereotipados e atendem a toda ação do indivíduo; estas são variadas e diversificadas tais como o modo de falar, andar, vestir, etc. Isso atribui-se ao fato de que tais modelos são um conjunto de comportamentos, expectativas, atitudes, que a sociedade impõe e espera ver cumpridos respectivamente para homens e mulheres.

Buscou-se fazer uma pesquisa de caráter qualitativo que objetivou responder os seguintes aspectos no que concerne a educação básica: a) As construções sociais e ideológicas presentes no ambiente escolar; b) As reproduções sexistas por parte das professoras; c) O impacto do discurso

docente para os alunos d) A violência contra a mulher e a atuação da escola no combate a essa pratica.

O material utilizado para coleta de dados foi uma entrevista estruturada, o roteiro foi composto de 04 questões fechadas que buscavam traçar o perfil das entrevistadas e 12 questões abertas que objetivavam responder as questões acima citadas.

O presente estudo contou com a análise de 04 entrevistas concedidas por professoras da educação básica do município de São Félix- Ba na rede particular de ensino, as respondentes tem idade entre 37 e 60 anos, todas declaram-se negras, quanto a formação uma possui o ensino superior completo, três possuem o nível médio completo. No que concerne ao tempo de atuação na instituição atual uma profissional leciona há seis anos e três atuam na instituição há mais de dez anos.

A escola estudada atende a 99 noventa e nove alunos da educação infantil ao ensino fundamental I, são divididos em dois períodos de funcionamento: das 07h30min às 11h30min estudam as crianças do 2º ao 5º ano do ensino fundamental; e das 13h30min às 16h30min estudam as crianças da educação infantil do maternal ao 1º ano. O corpo docente é composto por 07 sete professoras; 01 diretora; 01 vice-diretora; 01 auxiliar de serviço diverso (sendo esse o único homem que integra o quadro de funcionários da escola).

Faz-se importante salientar que a escola está em funcionamento há 53 cinquenta e três anos, e que existem ali professoras que lecionam na instituição há mais de três décadas.

O intuito inicial era realizar entrevistas semi estruturadas presenciais, entretanto, após diversas tentativas sem sucesso para realiza-las devido à carga horária de trabalho dividido em duas escolas por algumas professoras e outras que ensinam nos dois turnos na escola que foi objeto de estudo, por sugestão das profissionais foi entregue o roteiro de entrevista para posterior devolução dos dados, seis professoras se dispuseram a responder, no entanto obtive retorno de apenas quatro profissionais, todos os dados foram coletados no mês de março de 2018.

O principal problema encontrado na pesquisa realizada na escola centra-se justamente na falta de dados muitas questões deixaram de ser respondidas,

outras traziam com respostas aos questionamentos apenas sim ou não, e as que foram respondidas vieram de certa forma esvaziadas.

Para melhor visualização dos alguns dados segue quadro:

Quadro 1: Perfil das entrevistadas

Nome	<i>Idade</i>	Cor	Formação	Tempo de serviço
Respondente A	60 anos	Negra	Ensino médio completo antigo magistério.	Acima de 10 anos
Respondente B	37 anos	Negra	Ensino médio completo antigo magistério.	Entre 05 e 10 anos
Respondente C	48 anos	Negra	Ensino médio completo antigo magistério	Acima de 10 anos
Respondente D	48 anos	Negra	Graduada em Letras; Pós-graduada em metodologia da Língua portuguesa.	Acima de 10 anos

#### 4.3 A ESCOLA IDEAL?

Falar sobre papéis de gênero e educação é voltar ao passado e constatar as desigualdades de gênero que ocorrem há muitas décadas, com relação a educação anti sexista, nota-se que a escola não pratica essa educação, a visão sexista de mundo está enraizada nas pessoas e nos espaços de educação.

A maioria das respondentes concordam que é importante levar as discussões de gênero, machismo e violência contra a mulher para o ambiente escolar, já que este é o ambiente que propicia e influencia na formação de

peças, porém a resposta da “Respondente A” chama a atenção quando ela utiliza a seguinte frase *“não falamos muito sobre isso devido a faixa etária das crianças, a não ser que seja abordado o assunto”*. Observamos que para a Respondente este é um assunto que não pode nem deve ser discutido e para tal utiliza como “desculpa” a idade das crianças, mas ao mesmo tempo ela fala que o assunto chega a ser discutido na sala de aula quando é trazido provavelmente pelos alunos. Diante disto contrapondo a narrativa da mesma, nota-se que a escola acaba sendo omissa a essas questões, se o tema é abordado por crianças significa dizer que elas vivenciam, vivenciaram, presenciaram ou pelo menos ouviram falar de situações que em algum momento por algum motivo distinto a fez levar o assunto para sala de aula.

É inegável o papel que a escola tem na formação dos sujeitos, discussões como essas ainda são vistas como tabu, porém, fazem-se necessárias, é preciso sim respeitar a faixa etária visto que este não é um fator de impedimento, é preciso adequar o debate com a faixa etária, mas é imprescindível trazer o assunto para as salas de aula, afinal a criança de hoje pode ser o machista de amanhã, a educação é a base para a desconstrução deste sistema. Segundo Hooks,

“As crianças são os melhores teóricos, pois não receberam a educação que nos leva a aceitar nossas práticas sociais rotineiras como “naturais” e, por isso, insistem em fazer as perguntas mais constrangedoras e gerais e universais, encarando-as com um maravilhamento que nós, adultos, há muito esquecemos”. (p.83)

Quando questionadas a respeito das construções sociais do machismo, a entrevistada A disse: *“Acho que na atualidade as mulheres estão mais esclarecidas!”*. Observa-se com esta afirmação que a respondente atribui as construções machistas unicamente às mulheres. Temos, porém que ter em mente que sim muitas vezes as mulheres sustentam esse sistema de opressão, porém mais importante que saber disso é ter a consciência que esta foi à educação recebida a o longo do tempo e faz-se necessário trabalhar para desconstruir tais pensamentos.

“Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas a

homens e negativas as mulheres, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas”. (Saffioti, 2004 p.35)

As demais respondentes conseguem perceber que as diferenças de gênero estão centradas nas diferenças impostas pela sociedade patriarcal, destaco a resposta da professora D quando diz: *“Na cultura do machismo, todos são responsáveis pela construção do modelo de mulher: Familiares, Estado e Sociedade todos são controladores e manipuladores das identidades femininas”*.

“A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homem e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência”. (Saffioti 2004, p.71)

Quando falamos em desigualdades podemos observar o ambiente escolar, ele é constituído e estruturado seguindo os padrões sociais impostos a cada um dos gêneros, observa-se isso nas divisões das filas meninos de um lado meninas do outro, nas aulas de educação física onde jogar bola é para os meninos, pular corda para as meninas entre outras divisões que podem ser vistas no ambiente escolar, entretanto quando pergunto se para elas existem diferenças na educação e se existem ali atividades proibidas em razão de gênero as respostas recebidas foram simplesmente *não*, apenas uma respondente D diz a seguinte frase: *“Ensinar meninas e meninos em ambientes distintos, leva em consideração suas diferenças, pois, a valorização do atendimento educativo de meninos e meninas são indiscutíveis, já que o amadurecimento de uns e outros é considerável!”*.

Pode-se aqui observar uma visão sexista onde ela considera que um gênero se sobrepõe ao outro no contexto amadurecimento, essas questões provem da educação recebida, ainda sobrevive no imaginário da sociedade que as meninas amadurecem mais cedo, porém o dito amadurecimento também deve ser atribuído à educação que começa a ser recebida no seio familiar onde às meninas são levadas a amadurecerem mais rápido, quando lhes são atribuídas às tarefas domésticas, elas tem a obrigação de portar-se

direito, falar baixo e não usar palavrões, cruzar as pernas ao sentar são tantas as responsabilidades atribuídas para elas enquanto aos meninos pouco e por vezes nada é cobrado, esse tipo de educação tem continuidade no ambiente escolar quando as meninas são escolhidas para ajudar as professoras na divisão de tarefas, portanto esse amadurecimento também deve ser visto como um estereótipo de gênero já que é fruto da educação recebida.

“{...} os pais exercem influência direta na construção do gênero, pois a maioria trata filhos e filhas de maneiras diferentes, enfatizando diferenças sexuais e, possivelmente, ocasionando diferenças na personalidade de homens e mulheres”. (Papalia e Olds 1998 apud Valle 2009)

Todas as respondentes concordam com a necessidade da existência de trabalhos para desconstrução desses valores apreendidos socialmente, entretanto, a escola não desenvolve atividades voltadas a essas questões.

Quando abordamos o assunto acerca do material didático utilizando questionando se os mesmos auxiliam na desconstrução do machismo e da violência contra a mulher às respostas foram duas respondentes foram enfáticas ao afirmar que *não*, o material utilizado não trabalha essas perspectivas, enquanto a *respondente D* acredita que sim no quesito violência deixando de responder sobre o machismo. Porém, a que mais se destaca é a respondente *A* ao afirmar que “*Nas nossas conversas falamos muito sobre o amor, o respeito, e o carinho que devemos ter um pelo outro*”. Neste momento ela tenta responder a pergunta, porém o papel da escola e do material didático deve estar para além de valores morais e sentimentais, deve se ter em mente que para desconstruir o machismo e a violência precisamos trabalhar com igualdade de direitos e deveres, os materiais didáticos especialmente nas séries iniciais precisam ser revistos- (já que a partir daí constroem-se as identidades de gênero) observa-se nesses materiais a mulher vestida de avental, em profissões ditas femininas e o homem no papel do trabalhador, mas sabemos que essa não é a realidade;

“{...} toda vez que um livro é produzido, ele carrega consigo regras – implícitas ou explícitas – que buscam guiar os olhos dos leitores, o que pode ser definido como uma leitura autorizada. Assim, esse não assume



como objetivo principal o papel de formar cidadãos conscientes e críticos, capazes de compreenderem os processos sociais, tendo por função reproduzir os interesses neoliberais que dão ênfase à formação nas escolas de mão de obra eficiente para atuar no mercado de trabalho”. (Silva, 2011, p. 181 apud Costa e Dantas, 2016).

A família foi um tema também discutido na pesquisa, porém todas as respondentes *negam existir construções sexistas por parte da família dos seus educandos. Negam também ter ciência de casos de violência na comunidade escolar*, entretanto anteriormente em conversas informais com a pesquisadora deixaram evidente que tinham conhecimentos de casos de violência bem como narraram como isso vinha influenciando diretamente no comportamento de alguns dos seus alunos, a meu ver a escola tem sido omissa a essas questões, talvez por medo já que se trata de uma escola particular ou mesmo por não estar disposta a enfrentar situações que possam comprometê-la.

“Quando alguém reconhece a violência através de palavras ou ações, mostrando o seu conhecimento de casos, essa pessoa convida os agentes associados à violência a olhá-la de uma forma muito mais atenta. O simples ato de falar sobre a violência, (muito aquém do ato mais incisivo de denunciá-la!), é um ato ameaçador e desperta receio de represálias. É um ato que requer coragem e determinação, e abre a passagem das fronteiras entre um mundo privado, e outro que opera em referência à cidadania e os direitos”. (Scott e Cordeiro, 2009 p. 145)

Algo que não pode deixar de ser elencado relaciona-se ao “desconhecimento” da maior parte das respondentes em relação ao termo sexismo, três respondentes associam sexismo à relação sexual quando perguntadas sobre construções sexistas nas falas dos alunos as repostas foram as seguintes:

- A) Às vezes; Se falam em namoro aconselho que quando crescerem podem falar sobre isso. Por enquanto, são crianças, estão na fase de estudo. Quando crescerem falam.
- B) Percebemos uma curiosidade normal para a fase da criança, procuramos conversar e orienta-las.
- C) Observando ao longo do tempo percebemos que alguns apresentam suas curiosidades normais para cada fase da criança, procuramos conversar e orientá-los de maneira melhor.
- D) Sim, nossa cultura tem uma forte ideologia de gênero sendo disseminada pela sociedade, nas escolas, ambientes de lazer e outros; mas precisamos saber lidar com isso.

Como a escola irá promover uma educação anti sexista com tamanho desconhecimento de seus significados? A escola em questão apesar de já estar em atuação há mais de 50 anos necessita de atualizações, como formar cidadãos que combatem a discriminação, o preconceito e a violência se a escola ignora determinadas temáticas?

Permanecer no conservadorismo alheio as mudanças sociais não é algo que deva se perpetuar no ambiente escolar, aqui se faz presente a evidente importância da educação continuada para as professoras, algumas delas tem atualmente apenas o ensino médio, já permanecem há muito tempo nas salas de aula e não buscam atualizar seus currículos. Para debater gênero e desconstruir as ideologias machistas herdadas do patriarcalismo é sim necessário um trabalho constante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou investigar a construção das identidades de gênero a partir do ambiente escolar, observamos ao longo do trabalho que as determinações sociais relacionadas a gênero são fruto das relações históricas que resistem as barreiras do tempo, tais relações começam no seio familiar e se perpetuam no ambiente escolar estabelecendo a conformação dos papéis sociais impostos, os comportamentos são pré-determinado e acabam sendo naturalizados pelos sujeitos, como únicos e imutáveis.

As relações de gênero foram hierarquizadas, atribuindo ao masculino o papel de dominador e sob a figura feminina coube o papel de dominada, utilizando para tanto demonstrações de violência que reforçam a atual estrutura social, as causas das violências contra as mulheres são diversas e dentre elas encontra-se a educação recebida nos diversos ambientes, as considerações desenvolvidas neste estudo permitem relacionar as violências contra as mulheres através da desigualdade de gênero, que está enraizado culturalmente em nossa sociedade, essa desigualdade, coloca a mulher em um lugar de inferioridade em relação ao homem deixando-as em situação de vulnerabilidade. A violência muitas vezes é o caminho encontrado pelos homens como lugar de superioridade para reafirmar seu poder sobre a mulher.

Entretanto, podemos perceber que houve avanços significativos no campo judiciário para o enfrentamento da violência contra a mulher, como por exemplo, a implementação da Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) - Lei Maria da penha, da qual traz medidas importantes para a proteção da mulher e a LEI nº 13.104 – Lei do Feminicídio que altera o código penal para prever o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado e inclui-lo no rol dos crimes hediondos.

Contudo para mudar o atual cenário social no que concerne ao machismo faz-se necessária uma transformação social e educacional que compreenda os sujeitos como iguais, independente do gênero ao qual pertencem, homens e mulheres, meninos e meninas podem sim desenvolver as mesmas atividades, para tanto a escola precisa fazer diversas mudanças

trazendo para dentro dela pensamentos e atitudes que visem desconstruir os padrões socialmente aceitos.

A partir das realidades apresentadas neste estudo verificamos a magnitude que a educação tem na sociedade. Uma educação anti sexista possibilitaria condições de enfrentar as diversas situações machistas que se apresentam no dia-a-dia além de formar futuros sujeitos conscientes que não devem existir comportamentos aceitos para cada um dos gêneros, todos são livres e, portanto devem ter direitos e deveres iguais. Entretanto a partir da pesquisa realizada observa-se que a escola em questão está longe de ser a ideal e que traz imbricada em seu cotidiano traços do conservadorismo que subjuga os gêneros.

A educação continuada para professores da educação básica seria uma grande aliada na mudança de perspectivas como as apontadas na pesquisa, porém, sabemos que a jornada de trabalho para professores nesse nível da educação é extensa e a maioria não consegue fazer os cursos que são fundamentais para que exerçam o seu papel, transformando e desconstruindo concepções sexistas. Assim, existe a real necessidade de que a escola se adeque a legislação em vigor que no seu artigo 62-A parágrafo único diz que: Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. Mesmo a escola em questão sendo de cunho privado ela precisa garantir os meios necessários à formação continuada de seus docentes para garantir uma educação de qualidade aos seus educandos.

Diante das discussões levantadas neste trabalho, e a complexidade dos fatores: violência contra a mulher, machismo e educação, é importante destacar que as reflexões aqui apontadas precisam ser mais debatidas para que os problemas em questão sejam superados. Diante disso, esse trabalho torna-se relevante não somente por trazer a público essas questões, mas, acima de tudo por buscar medidas e soluções para tais problemas.

## REFERENCIAS

Amorim, M. A.; Salej, A. P. **O Conservadorismo Saiu do Armário!:** a luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. Revista Artemis, v. 22, p. 32-42, jul/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/32142/16812>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BARRETO, M. P. S. L. **PATRIARCALISMO E O FEMINISMO:** Uma retrospectiva histórica. Rev Ártemis, v. 1, dez 2004. Disponível em <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2363/2095>> Acesso em 20/11/2017.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo – A experiência Vivida.** Trad. de Sérgio Milliet. 2. ed. Difusão Europeia, São Paulo,1967.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. 2000. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A **Reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 18/11/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm) Acesso em 17/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm)> Acesso em 18/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em 10/02/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em 18/01/2018.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

CHAVES, Fabiana Nogueira. **A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores.** Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0606-1.pdf> Acesso em 18/12/2017.

COSTA, Glauber Barros Alves,; DANTAS, Débora Nunes. Revista Brasileira de Educação em Geografia - Dossiê "GEOGRAFIA NA EDUC. INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL" v. 6 nº 11, 2016. **O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO:** algumas reflexões. Disponível em <<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/339>> Acesso em 18/02/2018.

**CRONÔMETRO da violência contra as mulheres no Brasil.** Disponível em <[https://infogr.am/cronometro\\_da\\_violencia\\_contra\\_as\\_mulheres\\_no\\_Brasil](https://infogr.am/cronometro_da_violencia_contra_as_mulheres_no_Brasil)> Acesso em 15/12/2017.

DINIZ, M. **Traços, lacunas e retalhos na formação docente para a diversidade.** Revista Espaço Acadêmico, v. 131, p. 32-42, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16486/8976>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

**DOSSIÊ Violência contra as Mulheres, dados compilados.** Disponível em <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/>> Acesso em 15/12/2017.

DRUMONT, M. P. **Elementos para uma análise do machismo.** Perspectivas, São Paulo, 3:81-85, 1980.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A mulher escondida na professora:** uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HENRIQUES, Halline Iale Barros; MOURA, Laiana Carla. **Machismo e escola:** A educação como ferramenta de enfrentamento à violência contra a mulher. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/>> Acesso em: 19/02/2018.

HOOKS, Bell. **Ensinado a transgredir: a educação com pratica da liberdade/** bellhooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KISHIMOTO, TizukoMorchida; ONO, Andréia Tiemi. **Brinquedo, gênero e educação na brinquedoteca.** Pro-Posições, Campinas , v. 19, n. 3, p. 209-223, Dec. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em:22 /01/2018.

LOURO, G. L.. **Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero.** Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412/8317>> Acesso em 28/12/2017.

MELLO, GUIOMAR NAMO DE. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 14, n. 1, p. 98-110, Mar. 2000 . Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01028392000000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01028392000000100012&lng=en&nrm=iso)>.Acesso em 28 Mar. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 2008. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/109631646/8-O-Desafio-Do-Conhecimento>>. Acessado em: 02 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Laços perigosos entre machismo e violência.** Rev C S Col 2005; 10(1): 18-26.

PUPO, Kátia. **Questão de gênero na escola.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20\\_pupo.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf) Acesso em 15/12/2017.

REIS, Kellen Cristina Florentino; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Estereótipos sexuais e a educação sexista no discurso das mães.** VALLE, Tânia Gracy Martins do. Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções {online}. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação e gênero no Brasil.** <Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11411/8316>> Acesso em: 10/01/2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth B. **O poder do macho**; São Paulo: Moderna, 1987.

SCOPEL, Delza Tonole; GOMEZ, Mercedes Silvério. **O papel da escola na superação do preconceito na sociedade brasileira**. Ver Educação e Tecnologia, Ano 2 n. 1, abr/set 2006. Disponível em <[http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006\\_01/edutec\\_delza\\_preconceito\\_2006\\_1.pdf](http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf)> Acesso em: 10/12/2017.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Scott, Parry; Cordeiro, Rosineide. Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente: **Violência, família e escola na busca de redes de apoio e direitos**. Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia/FAGES Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária UFPE, Recife 2009.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R.; ROSA, FH da. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. Psicologia: reflexão e crítica, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.

SOIHET, Rachel. **Mulheres investindo contra o feminismo**: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? Estudos de Sociologia, v. 13, n 24, 2008.

VALLE, TGM., org. Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções [online]. **Estereótipos sexuais e educação sexista no discurso de mães 137-152**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.



## APÊNDICES

### APÊNDICE- A

#### Autorização

Prezada Senhora Diretora

Como aluna do curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB venho através deste solicitar autorização para realizar uma pesquisa nesta Instituição, com a finalidade de redigir meu trabalho de conclusão de curso- TCC que está sendo desenvolvido sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Dyane Brito Reis.

As informações que forem reunidas durante o trabalho de campo estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

Desde já agradeço a atenção e coloco-me à disposição para outras informações que se fizerem necessárias.

Cordialmente

---

Aline Maturino

**APÊNDICE- B**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DA PESQUISA: **A REPRODUÇÃO DO MACHISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: uma análise das construções de papéis sociais.**

Eu \_\_\_\_\_, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal: Compreender as construções sociais e ideológicas existentes no ambiente escolar.

A minha participação será respondendo a um instrumento de pesquisa de cunho acadêmico. Fica acordado que todas as informações prestadas serão utilizadas com intuito de possibilitar a realização da pesquisa e publicação das informações. Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

São Félix, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018.

Participante - Assinatura:

\_\_\_\_\_

Pesquisadora - Assinatura:

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE- C

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### PERFIL DO PROFISSIONAL

1. Idade:

2. Cor:

3. Formação:

4. Tempo de Atuação na Instituição:

( ) Menos de 1 ano

( ) Entre 1 ano e 5 anos

( ) Entre 5 anos e 10 anos

( ) Acima de 10 anos

5. Nosso tema de estudo é a construção social do machismo. O que você pensa sobre isso?

6. Para você existem diferenças na educação de meninos e meninas? Se sim, pode falar sobre isso?

7. A escola estimula o brincar livre, sem preconceitos? Meninos e meninas brincam com brinquedos e assumem papéis considerados de gênero?

8. Existem atividades proibidas em razão do gênero?

9. Percebem diferenças (construções sexistas) nas falas e comportamentos de meninos e meninas? Se sim, como você procede?

10. Ocorrem durante as aulas e/ou durante as brincadeiras algum tipo de demonstração de superioridade ou inferioridade de gênero? Pode dar exemplo?

11. Existe um trabalho na escola para a desconstrução de tais elementos? Fale sobre isso. (que tipo de trabalho, como é desenvolvido, já tem resultados).

12. Em contato com os pais e/ou responsáveis conseguem perceber construções sexista na família? Pode exemplificar como agem diante de tais situações?

13. Como você considera que deve ser o papel da escola nesse processo de superação do machismo e da violência contra a mulher?

14. Na condição de Docente, você considera que o material didático utilizado pela escola auxilia na desconstrução do machismo e da violência?

15. A escola tem conhecimento de casos de violência contra a mulher na comunidade escolar? Qual tem sido o procedimento

16. Gostaria de falar algo mais a respeito do assunto?